



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

## NEWSLETTER OCLA – JUNHO/2016

### **Argentina | Suprema Corte da Argentina limita o direito de greve**

As cooperativas e organizações sociais que não estejam inscritas no Ministério do Trabalho não poderão entrar em greve na Argentina. A Suprema Corte limitou o alcance do artigo 14bis da Constituição da Nação Argentina, introduzido em uma reforma de 1957, ao entender que a palavra “grêmios” utilizada no inciso sobre o direito ao protesto “foi empregado como exclusivamente alusivo às associações sindicais”. A partir de agora, se um grupo de trabalhadores não sindicalizados decide entrar em greve contra seu empregador, a medida poderá ser declarada ilegal e as eventuais demissões serão justificadas. A Confederação Geral do Trabalho (CGT) destaca que a decisão da Corte é positiva por vincular o direito de greve com a sindicalização. Por outro lado, a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA), denuncia que tal decisão deixa desamparados os grupos de trabalhadores que decidem enfrentar sozinhos a seus patrões ou que se rebelam contra a direção de seus sindicatos.

[Fonte:](#) El País

### **Argentina | Presidente Argentino reduz o controle civil sobre as Forças Armadas**

Um dia depois de celebrar o Dia do Exército, o presidente argentino Mauricio Macri publicou decreto que restitui aos militares a autonomia perdida em 1984. Em tal ano, Raúl Alfonsín, então presidente, transferiu ao Ministério da Defesa, nas mãos de civis, o poder de nomeação, promoções e aposentadorias nas Forças Armadas, entre outras muitas atribuições pertencentes aos militares. O texto, que reduz o controle civil, justifica a medida presidencial pela necessidade de “ordenar e atualizar o regime de delegação de faculdades no Ministério da Defesa e nos chefes dos Estados Maiores, Generais das Forças Armadas”. Para os críticos, trata-se de um golpe sem precedentes contra o controle civil sobre os militares.

[Fonte:](#) El País

### **Bolívia | ONU felicita Bolívia pela promulgação da Lei de Identidade de Gênero**

A Organização das Nações Unidas (ONU) felicitou a Assembleia Legislativa e o Estado da Bolívia pela promulgação da Lei de Identidade de Gênero, que permite que os transexuais e os transgêneros tenham direito a modificar o seu nome e gênero em seus documentos de identidade, o que lhes facilitará o exercício de seus direitos fundamentais como o voto, a educação, a saúde, o emprego, entre outros. A ONU destacou que o país se coloca na



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

vanguarda da legislação internacional a respeito da do direito à identidade de gênero, havendo apenas 41 normas similares no mundo.

[Fonte:](#) La Razón

### **Bolívia | Vice-presidente convoca vítimas a denunciarem casos de pedofilia na Igreja Católica**

Católicos de Santa Cruz convocaram uma manifestação pela revogação da Lei de Identidade de Gênero. “Não sabemos como pode se sustentar, diante os valores da cultura indígena, leis que favoreçam o aborto até os seis meses de gravidez ou a Lei de Identidade de Gênero”, afirmou o clérigo em comunicado institucional. O vice-presidente da Bolívia, Álvaro Garcia, convocou as vítimas de violação por parte de um membro da Igreja Católica a denunciarem o ato ao Ministério da Justiça, a fim de “mapear” a gravidade desses delitos. Em defesa à Lei de Identidade de Gênero, sustentou: “O Estado apenas os reconheceu (transexuais e transgêneros), mostrando-os a luz, como pessoas com direitos”, destacando ainda que espera que os protestos “não sejam uma forma de encobrir os delitos que devem ser punidos”. O Papa Francisco iniciou um processo de investigação aos abuso de menores na Igreja Católica e, em 2014, excomungou um apostólico da República Dominicana, originário da Bolívia, Jozef Wesolowski, denunciado por pedofilia num tribunal eclesiástico, tendo sido aberto um processo criminal, tratando-se do primeiro caso desse tipo na Santa Sé.

[Fonte:](#) La Razón

### **Brasil | Corte IDH: Regras nacionais devem respeitar tratados sobre Direitos Humanos**

Em seminário sediado pelo Conselho Nacional de Justiça, o secretário-geral da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Pablo Saavedra Alessandri, disse que nunca foi observado um volume tão grande de migrantes quanto agora. De acordo com o secretário-geral da Corte IDH, os países têm ampla discricionariedade para fixar suas políticas migratórias, mas é preciso que as regras nacionais respeitem os tratados e instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.

[Fonte:](#) CNJ

### **Chile | Comissão de Seguridade e Cidadania da Câmara aprovou ideia de elaboração da “Lei Anti-Encapuzados”**

A Comissão de Seguridade e Cidadania aprovou a ideia de legislar o projeto de lei conhecido como “Lei Anti-Encapuzados”, que modifica o artigo 494 do Código Penal, estabelecendo a possibilidade de prender a quem “à ocasião de alterações à ordem pública, oculte seu rosto para



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

evitar sua identificação”, ademais, soma-se à prisão, a pena de multa. O presidente da Comissão, Daniel Farcas, comentou que “junto a todos os parlamentários com quem apresentamos o projeto, temos a convicção de que a partir de hoje os encapuzados terão os dias contados no país, pois o direito de reunião ou manifestação é algo sagrado e muito importante, em nenhum caso poderá ser manchado por estes vândalos que participam das manifestações”.

[Fonte:](#) El Mostrador

## **Chile | Comissão do Trabalho aprovou veto presidencial à Reforma Laboral**

A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou o veto apresentado pela Presidente da República ao projeto que moderniza o Sistema de Relações Laborais, introduzindo modificações ao Código do Trabalho. Através do requerimento apresentado por deputados da oposição diante do Tribunal Constitucional, questionando disposições do projeto de reforma laboral, o Executivo optou por fazer uso de sua faculdade para vetar parte do texto aprovado pelo Congresso Nacional. Em suas argumentações, o governo explica que depois da decisão do Tribunal Constitucional, de declarar como inconstitucional as normas referidas à titularidade sindical, que constitui uma base fundamental para o necessário fortalecimento da organização de trabalhadores, é necessário revisar as disposições restantes “para garantir a eficácia das normas e restabelecer os equilíbrios perdidos no sistema de relações laborais”.

[Fonte:](#) El Mostrador

## **Colômbia | Colômbia é o país com maior deslocamento forçado no mundo: ONU**

A Colômbia encabeça a lista de deslocamento forçado interno, com 6,9 milhões de casos, sendo seguida pela Síria, com 6,6 milhões, e pelo Iraque, com 4,4 milhões casos. Ressalta-se que a cifra de 6,9 milhões de pessoas corresponde a um dado cumulativo, desde o ano de 1985 até 2015. Indica a ACNUR (Agência da ONU para os Refugiados) que poucos deslocados internos retornaram aos seus lugares de residência. O alto comissário para os refugiados da ACNUR, Filippo Grandi, estima que “os fatores de ameaça para os refugiados foram multiplicados”.

[Fonte:](#) El País

## **Colômbia | Governo da Colômbia e FARC acordam cessar-fogo bilateral e definitivo**

O presidente João Manuel Santos anunciará em Havana os detalhes que terminam com mais de 50 anos de guerra. Acordaram as partes em cessar-fogo, entregar armas e garantir a seguridade dos locais abrangidos. Chega ao fim o enfrentamento armado mais antigo da América, com mais de seis milhões de deslocados, mais de 200.000 mortos e 45.000 desaparecidos. O Conselho de



Seguridade das Nações Unidas já está preparado para supervisionar e verificar o cesse bilateral de fogo, incluindo a entrega das armas, através de uma missão política aprovada pelo órgão em janeiro. Tais tarefas irão durar um ano, com a possibilidade de serem estendidas, caso pida o Governo ou as FARC, e começarão a ser contadas a partir do momento da assinatura do acordo de paz entre ambas as partes. O comunicado também especifica que o final da guerra com a guerrilha implica na luta contra as organizações criminais responsáveis por homicídios e massacres ou que atentam contra defensores de Direitos Humanos, movimentos sociais ou movimentos políticos.

[Fonte:](#) El País

### **Costa Rica | Em meio à crise, Costa Rica se compromete a aumentar contribuição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

O governo da Costa Rica se manifestou para que os países da Organização de Estados Americanos (OEA) façam um esforço para garantir a solvência econômica da Comissão Interamericana de Direitos humanos (CIDH), a qual atravessa uma crise financeira. O objetivo seria revisar e repensar as contribuições econômicas anuais que realizam os países membros da OEA, brindando com maior estabilidade a Comissão e permitindo, assim, que continue trabalhando em boas condições. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos atende demandas de milhares de pessoas na América para obter justiça e proteção diante de violações a Direitos Humanos e, uma vez consideradas procedentes, são levadas em juízo à Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica.

[Fonte:](#) La Nación

### **Costa Rica | Costa Rica prepara primeiro banco público de cordões umbilicais na América Central**

Segundo o cronograma do projeto, durante o segundo semestre de 2016 será dado início às capacitações de médicos e enfermeiras que trabalham nos centros de saúde, para motivar mulheres a doar o cordão umbilical de seus recém-nascidos. A iniciativa, que será instalada no Hospital San Juan de Dios, servirá para el tratamento de doenças como leucemia ou anemia aplástica (quando há deficiência de glóbulos brancos). A escolha do hospital para dar início ao projeto se deu por ser a região que abrange as maiores taxas de natalidade do país.

[Fonte:](#) La Nación



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

## **Equador | Equador, a vida entre escombros**

Dois meses depois do terremoto, a reconstrução de moradias é o grande problema do país. Quando o governo está a ponto de ampliar o estado de emergência de 60 dias decretado pelo terremoto, a remoção de escombros ainda é uma tarefa pendente no litoral equatoriano. Muitos dos que foram prejudicados se negam a tomar a decisão de demolir suas casas até que o governo garanta fundos para a reconstrução, apesar do risco que correm, uma vez que suas habitações foram qualificadas como “inseguras” e possuem um letreiro vermelho que adverte os perigos existentes no caso de um novo terremoto. O Ministério de Obras Públicas, responsável pelo maquinário, e os municípios que dão a autorização da demolição, encontram-se de mãos atadas, pois necessitam da autorização expressa dos donos dos imóveis para que sejam demolidos. As soluções advindas de órgãos internacionais são temporárias. Há esperança, no entanto, que existam fundos de reconstrução por parte do Estado, que enfoque em atividades de recuperação.

[Fonte:](#) El País

## **Equador | Equador tentará resolver “detenção arbitrária” de Assange**

O chanceler do Equador, Guillaume Long, assegurou que o governo se esforçará para resolver a “detenção arbitrária” de Julian Assange após quatro anos asilado da embaixada de seu país em Londres. Assange foi detido em Londres em 7 de dezembro de 2010 - depois que seu portal filtrou milhares de mensagens confidenciais dos EUA - a pedido da Justiça sueca. O ativista teme que, uma vez na Suécia, as autoridades suecas lhe entreguem aos EUA, onde enfrentaria um julgamento militar e uma eventual pena de morte pelas revelações feitas em seu portal. Após perder a batalha legal no Reino Unido, Assange se refugiou na embaixada equatoriana. Em Londres, foi-lhe negado salvo-conduto para chegar a Quito.

[Fonte:](#) Agencia EFE

## **Equador | Presidente renova estado de exceção por terremoto**

Cumpridos dois meses do terremoto de 7,8 graus que afetou a costa do Equador, o presidente da República, Rafael Correa, renovou o estado de exceção nas províncias de Esmeraldas, Manabí, Santa Elena, Santo Domingo de los Tsáchilas, Los Ríos e Guayas. A exceção foi declarada através do Decreto Executivo 1101 e durará 30 dias. O artigo 6º do Decreto, que estipula a medida, baseia-se na Constituição: o estado de exceção poderá vigorar por no máximo 60 dias e, se necessário, poderá ser ampliado por 30 dias mais. O texto do decreto também suspende “o exercício do direito à inviolabilidade de domicílio e de livre trânsito daqueles afetados pelo terremoto do 16 de abril de 2016 e suas réplicas nas províncias de Manabí e Esmeraldas, enquanto alguns cidadãos pretendem retornar aos seus lares situados em imóveis que



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

precisamente constituem um risco para suas vidas ou integridade física. O Ministério da Coordenação de Segurança determinará a forma de aplicar esta medida para conseguir tal finalidade”.

[Fonte:](#) EL Comercio

## **Internacional | As pessoas exigem castigo: o inquietante aumento dos linchamentos na América-latina**

Diante da insatisfação popular, ocorreram recentes linchamentos em Santiago, capital do México, impulsionado pela suposta falta de ações das autoridades estatais e advertência da população aos infratores, com a indicação da existência de um "Código de silêncio" e a possibilidade de repetição do acontecimento. A crise de conduta, advinda do exercício da "Justiça com as próprias mãos", foi ainda identificado no México (56 casos registados em 2015), na Guatemala (média anual de 40 mortes), na Venezuela (37 mortes) e na Bolívia (média anual de 37 mortes).

[Fonte:](#) Observatorio Venezolano de Violencia

## **México | Prevalece Corrupção no México**

No México, a corrupção se posiciona como um dos principais temas de preocupação nacional. Segundo o INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía), os setores que apresentaram maior incidência de corrupção no México são o Ministério Público, os partidos políticos e, no topo, as polícias. De acordo com informações da ENCIG (Encuesta Nacional de Calidad e Impacto Gubernamental), os locais que tiveram práticas frequentes e prevalência de corrupção foram o Distrito Federal e São Luiz Potosí. Em contraponto, Aguascalientes e Baixa Califórnia foram as entidades federativas que tiveram maiores programas anticorrupção em seus municípios.

[Fonte:](#) El Universal

## **México | México, Terra de Refugiados**

A onda de violência na América Central fez com que crescesse em 164% as solicitações de asilo no México, de 2013 a 2015. No primeiro trimestre de 2016, foram 1.467 petições. O país padece da maior crise de refugiados dos últimos 15 anos. Os principais refugiados são oriundos do Triângulo Norte, formado por Guatemala, Honduras e El Salvador, países em que há frequentes ondas de violência. Em 2015, 3.137 centro-americanos solicitaram refúgio, 2.205 lograram terminar o processo, e somente 875 conseguiram permanecer no país. Apesar de reduzido o



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

pressuposto para refugiados (de 26 milhões em 2015 para 22,5 milhões em 2016), a ACNUR aumentou em 210% os recursos destinados ao país.

[Fonte:](#) EL Universal

### **México | México e UE assinam cooperação em matéria de Direitos Humanos**

México e União Europeia destacaram a importância da cooperação contínua e do entendimento mútuo para abordar, de forma efetiva, os objetivos em matéria de Direitos Humanos, estado de Direito, combate contra a impunidade, pessoas desaparecidas e não localizadas, a erradicação da tortura, a discriminação e a xenofobia, assim como a imigração e a proteção de grupos em situação de vulnerabilidade. Ambas as partes se comprometeram a colaborar com os organismos internacionais para uma promoção efetiva dos Direitos Humanos.

[Fonte:](#) El Universal

### **México | México inaugura seu sistema de justiça penal acusatório**

Em 2008, o México aprovou uma reforma penal que buscava transformar estruturalmente a forma de efetivar a justiça no país. Questionada em alguns pontos e aplaudida em outros, a reforma estabeleceu um prazo de oito anos para que os governos e congressos realizassem todas as mudanças necessárias para adequar-se ao novo esquema. O prazo termina este sábado, pelo que o presidente Enrique Peña Nieto deu por concluída oficialmente a etapa de um século do sistema inquisitivo, dando espaço ao novo sistema penal acusatório. O chamado Novo Sistema de Justiça Penal tem como objetivo fazer juízos mais transparentes, simples e menos custosos, além de respeitar direitos humanos que não eram aplicados no sistema inquisitivo, como a presunção de inocência. Entre as novidades do sistema acusatório estão os juízos orais em audiências públicas, a reparação de danos antes de uma sentença e a possibilidade de exaurir penas sem ir à prisão.

[Fonte:](#) EL País

### **Paraguai | Proposta para dar transparência aos processos de interesse público não tem resposta da Corte Suprema de Justiça**

Passada uma semana da apresentação de projeto da Associação dos Advogados do Paraguai, que permite que os cidadãos acompanhem o andamento dos processos de interesse público, a Corte Suprema de Justiça ainda não se manifestou a respeito. Em resumo, o projeto busca o livre acesso, aos cidadãos, da base dados de processos que tramitam judicialmente, tais como casos que envolvem corrupção e o desempenho de funcionários público. Hoje, o acesso é



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

restrito aos funcionários do Judiciários e aos advogados que atuam nos casos. “Os cidadãos terão a possibilidade de conhecer quem são os juízes e promotores do país, desde sua eleição, sua atuação nos casos mais midiáticos ou que envolvem corrupção, além de ter acesso às taxas de morosidade judicial relacionada ao mesmos”, comentou Katia Gonzáles, representante da Associação dos Advogados.

[Fonte:](#) Diário ABC Color

### **Paraguai | PCC aparece como principal artífice da execução de traficante paraguaio**

O Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das organizações criminosas mais importantes do Brasil, aparece como o principal artífice da execução do empresário e traficante Jorge Rafaat Toumani, já que era considerada “um obstáculo” aos planos da organização para consolidar o controle do tráfico de armas e drogas na fronteira entre Brasil e Paraguai. Já houve diversas tentativas de execução do traficante, sendo que a última delas ocorreu em 7 de março passado, em Ponta Porão (Brasil, MS). Há informação de que mais de 30 homens participaram do assassinato do chamado “rei das drogas”, ocorrido em Amambay (Paraguai).

[Fonte:](#) Diário ABC Color

### **Paraguai | Prisão para mulher que abortou**

O juiz criminal Miguel Tadeo Fernández ordenou a prisão preventiva de Veronica Macchi (36), que realizou um aborto. Segundo a Promotoria, Veronica confessou, na sede do Ministério Público, que ingeriu o abortivo “Citotec” e, no mesmo dia, jogou o feto no lixo de sua casa. Os coletores de lixo encontraram o feto e denunciaram o achado.

[Na mesma semana](#), uma jovem de 17 anos, que estava desaparecida, foi encontrada logo após ter sido submetida a um aborto, obrigada por seu namorado, que é casado, segunda as denúncias. O namorado, um amigo e uma farmacêutica foram detidos pela Polícia Antissequestro, na casa da farmacêutica, onde possivelmente funciona uma clínica clandestina para a realização de procedimentos para a interrupção de gravidez. O estado de saúde da adolescente é delicado, segundo informou a Promotoria.

[Fonte:](#) Diário ABC Color

### **Uruguai | Justiça se compromete a colocar em vigor novo Código de Processo Penal em julho de 2017**

16 de julho de 2017 é o dia acordado entre o governo e a Suprema Corte para que se coloque em vigor o novo Código de Processo Penal em todo país. Tabaré Vazquez, presidente da





# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

República, disse se tratar o acordo de uma “passo transcendental” no tratamento dado ao Direito Penal, considerando-se as diversas tentativas nas últimas décadas de mudança do Código de Processo Penal. O Código de Processo Penal que entrará em vigência estabelece um sistema oral, público e acusatório, o que implica na tarefa de dirigir as investigações e manter contato com a polícia a cargo dos fiscais, deixando esta de ser função dos magistrados. Por outro lado, o CPP introduzirá importantes mudanças em relação à regulação da prisão preventiva, já que a maioria dos casos de privação de liberdade procederá no momento da condenação.

[Fonte:](#) El Observador

### **Uruguai | Diante de reclamações, legisladores divulgam declaração de bens**

Em um impulso para desmascarar a onda de corrupção na região, bancada de deputados da Frente Ampla e líderes da oposição divulgaram seu patrimônio. No sistema político uruguaio, inicia-se um grande interesse pela transparência, em um momento em que o país está minado de corrupção e enriquecimento ilícito por parte das cúpulas do governo ou daqueles que deixaram o poder faz pouco tempo. Diversos são os projetos de lei apresentados ou anunciados nos últimos dias. Alguns, inclusive, com a intenção de tipificar o delito de corrupção ou de formar comissões no Parlamento para perseguir tais atitudes. Outros apontam ampliar o sistema de declaração de bens patrimoniais.

[Fonte:](#) El Observador

### **Venezuela | A Venezuela é o segundo país com mais mortes por balas perdidas na América Latina**

Impulsionado pelo falecimento de Jaime Giovanni Tovar, com 24 anos de idade, atingido por uma bala perdida em 29 de maio, foi analisado o último informe sobre os falecimentos e feridos por balas perdidas na América Latina, elaborado pelo Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, Desarmamento e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, que aponta a Venezuela em segundo lugar no quadro de ocorrências dessa natureza, com 57 casos, atrás somente do Brasil, que registrou 98 casos. Em terceiro lugar está o México (55 casos), seguido por Colômbia (40 casos) e Honduras (21).

[Fonte:](#) Observatorio Venezolano de Violencia

### **Venezuela | A guerra da fome: 3 mortes e 47 saques por comida em 10 dias**

Segundo Lorena Meléndez Fecha, da Runrun.es, durante os primeiros 10 dias do mês de junho ocorreram 47 saques contra 86 atos violentos registrados em maio de 2016, dirigidos a veículos,



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

supermercados e depósitos de alimentos, com o registro de três mortes e a detenção de dezenas de envolvidos nos atos de vandalismo. Somente entre janeiro e abril de 2016, foram documentados 2.138 protestos no país, motivados por expressão de insatisfação popular contra a falta de alimentos e medicamentos, além das falhas nos serviços públicos e até insegurança.

[Fonte:](#) Observatorio Venezolano de Violencia

### **Venezuela | Tribunal Supremo de Justiça condena linchamento por contrariar a convivência social, a dignidade humana e o Estado de Direito**

A Sala Constitucional do TSJ proibiu às "La Patilla" e "Carota Digital" a divulgação de vídeos de linchamento em suas páginas da internet e em redes sociais, ao declarar procedente uma medida cautelar, que estende a proibição a todos os meios de comunicação. Segundo o entendimento firmado para a aludida determinação, ainda que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela consagre o direito de liberdade de expressão e de acesso à informação oportuna e rápida, não se admite a difusão de notícias que fomentem ações contrárias à ordem pública e denigrem à dignidade humana, ferindo implicitamente os direitos constitucionais como o direito à saúde pública, à presunção de inocência, à honra e à reputação, sendo imperioso salvaguardar cautelarmente os direitos constitucionais violado, em favor da sociedade.

[Fonte:](#) Tribunal Supremo de Justicia

### **Venezuela | A Sala Constitucional declarou que a Assembleia Nacional usurpou funções exclusivas do Chefe de Estado em matéria de direção das relações internacionais**

Foi declarada inconstitucional a Lei Especial para Atender a Crise Nacional de Saúde, sancionada pela Assembleia Nacional, por usurpação das competências atribuídas ao Presidente da República em matéria de direção das ações do governo no âmbito dos estados de exceção, assim como em matéria de relações internacionais. Isto porque, verificou-se que a Lei confere à Assembleia competências para formular, dirigir e executar as relações internacionais da República, ao permitir servir de interceptor da cooperação internacional no país para atender a crise nacional de saúde, por dificuldades nas capacidades financeiras, logísticas e técnicas do Estado.

[Fonte:](#) Tribunal Supremo de Justicia



# OCLA

Observatório Constitucional  
Latino Americano

## **Venezuela | Tribunal Supremo de Justiça ordena a reabertura de novas investigações por violação a Direitos Humanos em 1970**

A Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça - TSJ anulou a decisão datada de 23 de março de 1977, que declarou encerrada a averiguação sumária da morte do cidadão Asunción Ramón Higuera Miranda decorrente de ações de funcionários da antiga Força Armada Nacional, porquanto julgou não restarem evidenciadas as razões para se adotar a conclusão de que a vítima sucumbiu diante da prática de atos executados no cumprimento do dever legal, mas de provável violação aos direitos humanos.

[Fonte:](#) Tribunal Supremo de Justicia

## **Venezuela | Oposição reúne 400 mil assinaturas para referendo contra Nicolás Maduro**

Foram recolhidas cerca de 400 mil assinaturas, mais que o dobro necessário para dar sequência ao referendo que pode revogar o mandato do presidente da Venezuela.

[Fonte:](#) G1.com